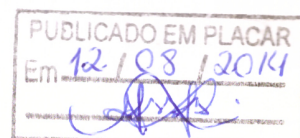




**ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



Soraya Sotero Silva
Assessora Especial
Procuradoria Geral do Município
Decreto nº 053/2013

LEI N.º 2.194, DE 12 DE AGOSTO DE 2.014.

“Autoriza a mudança de destinação de área urbana e dá outras providências.”

Eu, **PREFEITO DE PORTO NACIONAL**, faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à mudança de destinação de área de terreno urbano com sua consequente desafetação, para fim de doação a ATACADÃO R.M. MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO – EIRELI-ME, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob o nº 18.687.458/001-26, com sede na Av. Associação Rural, nº 1793 B, Quadra 06, Lote 05, Bairro Jardim Santa Helena, Porto Nacional – TO, com o nome fantasia de “ATACADÃO R. M. MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO”, objetivando a implementação de um projeto de instalação de um Comércio Atacadista de Materiais de Construção em Geral, no imóvel de propriedade do Município, a seguir descrito:

I – Uma área de terra urbana caracterizada como parte da:

- A.P. M – Área Institucional – Da Quadra SQ-02-QI A-Loteamento Riviera do Lago – Distrito de Luzimangues – Município de Porto Nacional com área de Total de 1.182,45 M² com os seguintes limites: A norte: 46,51 M – Frente para a Avenida 2, sendo o Arco de 24,33 Metros de desenvolvimento e 15,18 Metros de reta; A sul: 33,00 M – Fundo para a Faixa de Domínio da TO-080, A leste: 45,55 M – Direita para o Lote 01 e a Oeste: 26,88 M – Esquerda delimitando com o acesso que está sendo criado entre a SQ-02-QI A-Loteamento Riviera do Lago e QD. SQ 01 (Área verde), uma vez que já está consolidado o acesso ao bairro através destas passagens, que constitui o principal acesso ao Setor Village Morena e todos os demais setores posteriores a este, inclusive o próprio reassentamento Luzimangues.

Art. 2º - A Empresa terá o prazo de 12 (doze) meses para iniciar a construção sob pena do imediato retorno do bem ao patrimônio do Município, sendo que a empresa somente poderá escriturar o imóvel após o término da construção e com a devida vistoria do Município.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 3º - A utilização do imóvel para outra finalidade que não a mencionada no art. 1º desta lei acarretará a retrocessão ao município, sem quaisquer ônus para o doador.

Art. 4º- As despesas decorrentes da escritura pública de doação e transcrições correrão por conta do donatário.

Art. 5º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

PALÁCIO TOCANTINS, GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO
SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL, Estado do Tocantins,
aos 12 dias do mês de Agosto do ano de 2.014.


OTONIEL ANDRADE
Prefeito Municipal